



ATA DA 9ª REUNIÃO DE DN BIÊNIO 2022/2024

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às nove horas e quarenta e cinco minutos, foi instalada, no formato híbrido, no auditório hotel Gran Corona, sito à Rua Basílio da Gama, 101, República, São Paulo – SP, a 9ª Reunião da Direção Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – **SINASEFE**, convocada para dois dias (vinte e sete e vinte e oito de maio). A mesa foi coordenada, por David Lobão, Coordenador-geral da entidade, que apresentou a proposta de pauta, que foi aprovada: 1) 35º Consinasefe 2) Campanha salarial; 3) Orçamentos; 4) Mesas Setoriais; 5) Funcionamento da DN. A seguir, Lobão concedeu a palavra à Rita Gil, secretária – geral, que participou de forma remota da reunião e iniciou o ponto informes da Direção Nacional. Rita informou que Saulo Campos, encaminhou ofício à Direção Nacional renunciando ao cargo de presidente do Conselho de Ética do Sinasefe e que a Direção precisaria discutir e fazer a substituição. Informou também que o Sinasefe recebeu convite do Andes SN, para participar do Seminário Nacional sobre a reorganização da classe trabalhadora, que ocorrerá em Mossoró/RN e convite para a sessão solene dos cem anos da Previdência, realizada pelo Sindfisco, no dia trinta de maio, às dez horas, no Plenário Ulysses Guimaraes, da Câmara dos Deputados e convite para audiência pública, no dia primeiro de junho, às quatorze horas, na Câmara dos Deputados, sobre o serviço público. Lobão lembrou que com relação às audiências públicas, quem deverá participar são aos diretores de plantão. Quanto ao seminário do Andes, lembrou que o mesmo coincidirá com a plenária nacional do Sinasefe, mas que é importante chapas discutirem e que a DN defina um nome para acompanhar o evento. A seguir, João Cichaczewski, secretário da Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais informou que têm ocorrido, em nível nacional, grandes debates sobre a reforma do Ensino Médio e a pasta tem procurado acompanhar e tem sido convidada a participar de alguns, ao mesmo tempo veem promovendo *ilves* para debater a questão e informou que será divulgado pela Comunicação do Sinasefe o lançamento da 6ª edição da Revista Científica da seção Litoral, cujo tema será “A reforma do Ensino Médio nos Institutos Federais”, no dia cinco de junho, às dezenove horas. David Lobão, coordenador – geral e plantonista informou que em visita ao Congresso Nacional esteve, juntamente com Ivo da Silva para articular a realização de audiência pública para tratar da questão do encerramento da discussão pelo governo sobre redistribuição, sem qualquer diálogo ou acordo com a categoria. Colocou que a ideia é realizar audiência conjunta com o Andes e Fasubra, convidar o ministério (MEC) e fazer pressão para reverter a posição do governo. Informou que no período de cinco a nove de junho será realizado o II Congresso Internacional dos Trabalhadores da Educação no Panamá; lembrou que, conforme deliberação, participariam os três coordenadores gerais do sindicato, entretanto, por questões pessoais, as duas coordenadoras não irão, assim sendo, solicita que o Sinasefe arque com 50% da despesa com a viagem, e não apenas um terço, conforme acordo anterior. Em seguida, Tânia Regina Barbosa, secretária – adjunta da Pasta de Comunicação, informou que persistem os problemas em torno da consignação em folha dos sindicalizados, que passou a fazer parte da margem dos servidore(a)s, o que vem afetando consideravelmente as filiações. Informou que foi solicitado à Assessoria Jurídica Nacional, a elaboração uma cartilha explicativa sobre a consignação, inclusive com a redução da margem consignada e que a coordenação também fará uma série de matérias didáticas sobre a questão da consignação, especificamente para esclarecer a Base, que está com muitas dúvidas acerca do tema, além de abordar outras pautas de interesse da categoria, como o arcabouço fiscal, dentre outras. Em seguida, Fernanda Rosá, secretária – adjunta da

1





SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988

FILIADO À:



Coordenação de Políticas para Mulheres, fez a leitura de e-mail enviado pela Seção Santa Teresa (IFES), solicitando doação financeira para aquisição de imóvel para a sede própria da seção. Em seguida, Stênio Vieira, secretário – adjunto da Coordenação de Combate às Opressões, informou que a pasta vem acompanhando toda a questão envolvendo a votação sobre o marco temporal e que recebeu solicitação para que o Sinasefe se manifestasse com a publicação de uma nota acerca do tema, o que já foi feito pela pasta de Comunicação e que seja realizado pelo Sinasefe um evento, como uma *live*, por exemplo, para debater o marco temporal. Neste sentido, a pasta está organizando uma *live* para o mês de junho de dois mil e vinte e três, para discutir o impacto do marco temporal. Luísa Senna, secretária da Coordenação de Inclusão e acessibilidade informou que a pasta recebeu no último dia vinte, convite do Movimento Unidos dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia – MUPOIBA, para participar de atividade entre os dias doze e dezesseis de junho e que a coordenação respondeu ter interesse e disponibilidade e submeteu aos demais. Elenira Vilela, coordenadora – geral informou que está sendo organizada pelas Frentes, uma jornada de lutas em dezesseis de junho, para fazer o enfrentamento à política de juros. Informou que está sendo realizada discussão sobre a regulamentação da Convenção 151 da OIT, (MGI e MTE) e que as centrais já entregaram documento com os princípios que estão sendo discutidos, para ser transformado em Projeto de Lei e informou que o debate está sendo feito pela Intersindical e que o documento será disponibilizado à direção Nacional para aquele que desejar fazer contribuições. Informou ainda, que durante seu plantão, foi feita uma articulação para que o Sinasefe possa participar do GT no MEC de enfrentamento à violência nas escolas; ficando Elenira e Artemis participando do GT que está realizando uma série de reuniões e oitivas nas entidades e que Maíra participou com ela, da oitiva do Sinasefe e que será realizado seminário Internacional, como parte dos trabalhos deste Grupo de Trabalho, na próxima quarta – feira, do qual Artemis participará representando o Sinasefe. Por último, Elenira informou que foi procurada por Marc Emerim, pró-reitor de gestão de pessoas e coordenador do FORGEP do CONIF, que propôs a abertura de debate para discutir quais são as questões em relação à carreira, organização e as pautas que tenham acordo, para fazer pressão no governo em conjunto. Dando sequência aos informes, Denilza da Silva Frade, segunda tesoureira informou que nos dias vinte e nove e trinta de abril foi realizado o primeiro Encontro de Dirigentes financeiros do Sinasefe Nacional, que foi muito importante para o Sinasefe e para as Seções Sindicais, e destacou que a necessidade de realização de novos encontros. David Lobão, informou que a Campanha Salarial Emergencial foi encerrada, com a perspectiva de ser iniciada a campanha salarial 2024 e que foi definida e encaminhada ao governo, a seguinte pauta: 1) recomposição das perdas históricas da classe trabalhadora; 2) equiparação dos auxílios com os demais Poderes; 3) exigência de abertura das mesas setoriais; 4) revogação. Lobão colocou que está sendo discutido e que ainda não é unificado no Fonasefe o que é a recomposição histórica, que para o Sinasefe é recuperar as perdas salariais de julho de 2010 até o momento, e que o Sinasefe tem cobrado do Fonasefe a definição disso, para melhor mobilizar a Base. Lembrou ainda, que tem sido apontada pelas entidades do Fonasefe, a falta de metodologia de negociação efetiva, na questão do reajuste dos 9%, sem qualquer diálogo. Nesse sentido, o Fonasefe vem cobrando do governo como se dará a negociação. Na última semana, o governo chamou o Fonasefe para reunião e apresentou uma minuta de como organizar o processo negocial. Segundo Lobão, após análise, a minuta apresentada é muito mais atrasada que a Portaria publicada em 2003, em vigor e que foram detectados muitos problemas como a manutenção de que somente doze entidades representam o Serviço Público, quando na

2



SCS, QD 2, BL C, ED SERRA DOURADA, SL 109/110 - CEP 70300-902 - BRASÍLIA - DF
FONE: (61) 2192-4050 - EMAIL: DN@SINASEFE.ORG.BR

WWW.SINASEFE.ORG.BR



verdade o próprio governo reconhece que existem cerca de quarenta, sem contar com associações; não consta da minuta a constituição de um mediador, o Fonasefe tem discutido a proposta de constituição de dois mediadores, um indicado pelos trabalhadores e outro indicado pelo governo. Assim, a última reunião do Fórum definiu que as questões relativas à minuta serão decididas no seminário para dirigentes, que ocorrerá nos dias seis e sete de julho, que discutirá metodologia e a recuperação das perdas históricas. Finalizando, Lobão informou que o governo vem colocando categoricamente a dificuldade de instalação das mesas setoriais para discutir carreira e insiste em colocar que tudo que diz respeito a impacto financeiro será discutido na mesa geral e que as mesas específicas discutirão questões que não têm impacto financeiro. Elenira Vilela complementou colocando que o Sinasefe deve discutir se mantém a pauta proposta ou não, e que é importante o Sinasefe discutir e tirar uma posição para ser apresentada ao Fonasefe e que o sindicato avalie o debate sobre o índice, pois quando é apresentado o índice do Fonasefe, é o índice linear e nas discussões com a Base da categoria, ficou explícito que não há como manter o debate sobre o índice linear. Elenira destacou a necessidade de a DN rediscutir a representação do Sinasefe na Mesa de Negociação, que não fique mais restrita aos coordenadores – gerais de plantão. Após as falas, a discussão sobre a Campanha Salarial foi aberta, com o tempo de quatro minutos para cada intervenção. Encerradas as intervenções, Lobão esclareceu que sobre a resolução dos eixos de campanha, as alterações só podem ser feitas em Plena, pois a questão foi deliberada em Plena, **porém, houve consenso que o Sinasefe participe do Seminário do Fonasefe nos dias seis e sete de junho, com os(as) diretores(as) de plantão presencialmente e os demais de forma online.** Surgiram algumas divergências sobre a metodologia a ser aplicada ao ponto e em função disso, João propôs e foi acatada, a discussão sobre a Campanha salarial fosse feita ponto a ponto. Assim foi feito, ao final da discussão do primeiro ponto, recomposição das perdas históricas da classe trabalhadora, Lobão fez a leitura da proposta apresentada durante o debate: que a Direção Nacional leve ao Fonasefe, a proposta de discutir a recomposição de junho de 2010, até agora. A divergência apresentada foi a de que seja levado ao Fonasefe a disposição do Sinasefe de discutir essa reposição durante os três anos do governo Lula. Foi feito breve debate e **houve consenso que o Sinasefe defenda a recomposição das perdas salariais, tendo como referência junho de 2010 e a disposição de discutir com o governo essa recuperação durante os três anos do governo Lula.** Os demais pontos da Campanha salarial foram consenso na Direção Nacional. Sobre a semana de Lutas, a DN decidiu que o calendário seja aprovado após a reunião do Fonasefe, quando será instalado o Comando Nacional de Lutas. João Cichaczewski propôs que a Direção nacional construa uma agenda a partir da pauta da Educação, conversando com nove entidades do Movimento social brasileiro e tirar reuniões bilaterais pra discutir, por exemplo, formas de mobilização em conjunto com os movimentos estudantil e sociais, visando construir um movimento nacional mais articulado. Após discussão, **foi consenso que a DN acompanhe e participe do calendário das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo e a Coordenação de Políticas Educacionais viabilizará o calendário de reuniões com as entidades da Educação, com acompanhamento do plantão.** Superada a discussão, às 13h05min a reunião foi suspensa para o almoço, com a previsão de retorno para as 14h30min. A parte da tarde da reunião foi retomada às 15h. A mesa continuou sob a condução de David Lobão, que abriu as inscrições para o debate sobre as mesas setoriais. Foi feito amplo debate, ao final, Artemis coordenado a mesa fez a leitura sistematizada das propostas apresentadas durante o debate, que foram **consenso na Direção**

3





Nacional: 1) Que o plantão encaminhe nas próximas semanas as pautas sobre confisco da margem consignada e que solicite uma Nota Técnica à Assessoria Jurídica Nacional e cobre maiores esclarecimentos ao RH do MGI. 2)) **PGD – a)** que a direção Nacional paute a discussão sobre o PGD em sua próxima reunião e, a partir dessa reunião, defina em que plena será pautada a questão. **b)** que a Coordenação de Pessoal organize uma live sobre o tema. Em meio a esse debate, Tânia Regina solicitou a palavra e informou que foram gravados trechos da presente reunião e compartilhado no grupo de WhatsApp do GT Carreira e, neste sentido, apresentou questão de ordem para que o responsável retirasse o trecho do grupo. A seguir, Ivo da Silva se responsabilizou pelo compartilhamento de falas da reunião no grupo de WhatsApp do GT Carreira, porém explicitou não ter havido qualquer intenção de expor ninguém e que as falas de Lucrécia e Camila compartilhadas, foram boas falas sobre a carreira, sem nada de polêmico. Ao final da breve discussão, Maíra propôs que fosse consensuado na Direção Nacional, que não mais se grave e compartilhe, em celular particular, trechos ou reuniões inteiras do Sinasefe. Reafirmou que caso seja necessário, a gravação sem cortes pode ser solicitada ao Sinasefe. Após algumas falas, a mesa consultou o plenário e houve consenso com o encaminhamento. Logo após a palavra foi concedida a Rogério, Seção São Paulo, que deu as boas – vindas a toda a Direção Nacional e colocou que a Base local tem cobrado muito uma posição da Direção sobre o arcabouço fiscal e que há a necessidade de realizar algumas *lives* para esclarecer o assunto. Sobre a revogação do novo Ensino Médio, Rogério lembrou que em São Paulo a implantação do novo Ensino Médio foi antecipada, e teve início em 2021, e que já há um acúmulo da categoria sobre o tema e pode muito contribuir com a nacional. Rogério informou que a sede da Seção durante quase quarenta anos funcionou em um prédio histórico e, após muito embate com a reitoria, a seção conseguiu um terreno, que mesmo sem propriedade legal, foi levantada uma sede, porém, quando a sede atingiu cerca de 70% de sua área construída, começaram a surgir questionamentos. A direção da seção tem mantido diálogo com a reitoria e com o MEC, em Brasília, para regularizar o terreno. Nesse sentido, solicita ajuda do Sinasefe Nacional, para acompanhar a questão e orientar a direção local. Rogério informou ainda, que na conversa com o ministro e seu chefe de gabinete, foi colocado que estão avaliando a possibilidade de mudança na Lei de 2001, para estender a possibilidade de atividade sindical, ou atividade em defesa do(a) trabalhador(a) da Educação dentro do campus. Na oportunidade, Rogério solicitou que a Direção Nacional encaminhe orientações às bases, para que todas as vezes que tenham audiência em Brasília, solicite também a participação de um representante nacional. Sobre o PGD informou que a seção realizou uma *live* sobre o tema, mas há a necessidade de a Direção Nacional se debruçar e aprofundar o debate o quanto antes, tirar um posicionamento para orientar as Bases. Em seguida Elenira Vilela detalhou a proposta de Marc Emerim/FORGEPE, de abertura do debate para discutir quais são as questões em relação à carreira e as pautas em comum, para em conjunto pressionar o governo. Se colocou à disposição, com mais algumas pessoas, para fazer o levantamento das pautas em comum e o que pode ser reivindicado. Em seguida, o debate foi aberto para decisão da Direção Nacional. Foram feitas várias falas e apresentadas propostas. Após a discussão, sobre o tema, houve consenso que seja constituída uma comissão com representantes da Coordenação Jurídica, Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais e o Coordenador – geral de plantão, para discutir com representantes da FORGEPE as pautas em comum. Em seguida, os trabalhos foram suspensos para o *coffee break*. Às 17h10min a reunião foi retomada e aberto o ponto Orçamento. A palavra foi concedida a Diego

4





Rodolfo que fez breves informes acerca das finanças. Em sua fala destacou que a situação financeira do sindicato é muito difícil e que atualmente há em conta o valor de seiscentos e vinte mil reais (620). Lembrou que todos os meses, o Sinasefe Nacional tem que fazer o DARF previdenciário de todas as seções, que retorna posteriormente aos cofres da entidade, mas todo início de mês o valor de aproximadamente cento e sessenta mil reais tem que estar disponível, assim como o valor reservado à folha de pagamento dos trabalhadore(a)s da sede nacional. Diego lembrou também que há um fundo de greve no valor de cento e oitenta mil reais, que só pode ser utilizado pelo Comando de Greve. Explicou que em função das dificuldades, não há possibilidade de realização de qualquer outro evento além da Formação Política de Caruaru e os próximos GTs e Plenas. Diego colocou que a situação é extremamente delicada e que é necessário que a DN, coletivamente, encontre algumas respostas. Em seguida o debate foi aberto, foram feitas várias falas e apresentadas propostas. Em função do avançado da hora e a necessidade de aprofundar o debate, a mesa submeteu ao plenário os seguintes encaminhamentos: **proposta um** – Apresentação por Diego dos gargalos das finanças e encerramento do primeiro dia de reunião, com a continuidade do debate na primeira hora do segundo dia. **Proposta dois (aprovada)** - suspensão imediata da reunião com a retomada do ponto na primeira hora do segundo dia. Aprovada a proposta dois e, às 19h10min a reunião foi encerrada. **O segundo dia da 9ª Reunião de Direção Nacional** teve início às nove horas e trinta minutos, desta vez, com Artemis Martins, coordenadora – geral conduzindo os trabalhos. Conforme acordado no dia anterior, foi dada continuidade à discussão do orçamento do Sinasefe. Diego iniciou com a apresentação do levantamento das entradas e os gastos do sindicato. Destacou que no início da gestão a entidade tinha um valor de três milhões de reais em caixa e hoje está com seiscentos e vinte mil reais. A partir daí apresentou o detalhamento das despesas com a greve (passagens e hospedagens), Encontro de Mulheres, Enniq, CND/CNS e GT Carreira, Plenas presenciais, Reuniões da Direção Nacional e gastos com a reforma da casa, que somam três milhões e oitenta mil reais. Diego explicou ainda, que além da despesa apresentada foram realizados vários eventos menores, que também foram onerosos, como o custo adicional com o hotel San Marco e eventos como a posse do presidente Lula, uma Semana de Lutas, dois encontros regionais, um Escime, um Encontro de Formação e o empenho para o próximo Encontro de Formação e o Encontro de tesoureiros, com o gasto total de setenta e cinco mil reais, além das passagens esporádicas, como as viagens internacionais, passagens no período de posse do novo governo, quando ocorreram muitas reuniões de trabalho em Brasília. Em seguida, o debate foi aberto; muitas falas foram feitas, assim como propostas apresentadas. Encerrado o debate, Diego fez a leitura de alguns encaminhamentos apresentados na discussão da véspera e algumas sugestões da própria Pasta, enquanto o plenário apresentava seus destaques. Finalizada a leitura foi iniciada a apresentação de cada destaques. Após discussão, defesas e votações, **foram aprovadas as seguintes propostas:**

- 1) Que a CAF faça estudos para hospedagem com valores viáveis e baratos, que não gerem nenhum ônus, como a aquisição de móveis e equipamentos, contrato, caução, IPTU, dando preferência à Airbnb, com o prazo de pelo menos duas semanas para a implementação.
- 2) Contratação, preferencialmente sem ônus, de corretor para fazer a avaliação do terreno de propriedade do Sinasefe;
- 3) Manter durante três meses a realização dos eventos de forma online (Plenas, reuniões de DN, reuniões de Comissões);
- 4) Todos os eventos, exceto aqueles já previstos e com o devido aporte já destinado, devem ser realizados no formato online durante três meses.
- 5)

5





Realizar Plenas em locais mais em conta, a partir da avaliação prévia da CAF. Após esse primeiro momento, a reunião foi suspensa para o almoço, com retorno previsto para as 13h30min. Às 13h45min a reunião foi retomada. A coordenação da mesa permaneceu com a coordenadora – geral Artemis, que deu continuidade à apreciação dos destaques das propostas sobre o orçamento.

6) As remarcações de passagens serão feitas apenas mediante justificativa, prioritariamente por e-mail, excepcionalmente por WhatsApp, que serão orientadas pela CAF; em caso de dúvida a justificativa será submetida à avaliação da CAF e plantão. 9) Que a Direção Nacional inicie, em até trinta dias, o processo de execução de cobrança de valores a receber; 10) Reafirmar a necessidade do respeito aos horários de *Check – in* e *Checkout* de hotel, exceto nos casos de voos/terrestres de madrugada, com partida entre 0:00 e 06:00 e voos/terrestres que partam de Brasília, a partir das vinte horas e em casos de saúde; 11) Os deslocamentos com trechos de até oitocentos (800) quilômetros devem ser feitos de ônibus e que a CAF estabeleça, em um prazo de quinze dias, os critérios de excepcionalidade e socialize com a Direção Nacional; 12) No caso de diárias de hotel, as acomodações deverão ser feitas prioritariamente em quartos duplos, exceto nos casos de comorbidades; porém, o diretor(a) que optar pelo quarto individual, a DN ressarcirá meia diária do quarto duplo e o restante será de responsabilidade do solicitante; 14) Limitar o ressarcimento dos deslocamentos terrestres dentro dos seguintes parâmetros: até cento e sessenta (160) quilômetros, ressarcimento correspondente ao Uber Confort, mais trinta por cento (30%); a partir de cento e sessenta e um quilômetros, o ressarcimento será correspondente ao valor do Uber, mais o transporte rodoviário, Uber aeroporto ou rodoviária. 15) O ressarcimento para as chegadas e saídas de eventos e atividades sindicais será limitado até vinte e quatro (24) antes e vinte e quatro horas (24) depois. Caso a solicitação feita pelo(a) diretor(a) fora deste período será verificada a cotação e, em caso de diferença de valores, o solicitante arcará com a diferença a mais. Em caso de viabilidade financeira, melhor custo/benefício para o sindicato, a passagem e as diárias poderão ocorrer fora deste prazo; 16) Que as Plenas, quando presenciais, tenham, preferencialmente, convocação mínima de quarenta e cinco dias de antecedência. Não haverá coffee break nos casos de plenárias em hotel e o café será servido apenas no período da tarde; 17) Ratificar a decisão de suspensão dos plantões de Pastas presenciais; 18) Limitar o valor dos encontros nacionais em quinze mil reais (15), exceto os listados na 178ª Plena; 19) A comissão de organização do Consinasefe deve ser constituída por um representante das chapas que compõe a Direção Nacional, garantindo a paridade de gênero; 20) Priorizar que toda a organização da infraestrutura dos congressos seja realizada pelo(a)s funcionário(a)s da DN e a Coordenação de Administração e Finanças -CAF. Encerrada a apreciação dos destaques, David Lobão apresentou proposta para que o Sinasefe arque com 50% das despesas com a viagem para o II Congresso Internacional dos Trabalhadores da Educação no Panamá; tendo em vista a ida de apenas um coordenador e não mais os três. Não houve acordo pelo fato de ter sido consensuado em reunião de DN anterior de que o Sinasefe arcaria com um terço da despesa, um terço caberia ao Sintef/PB e o um terço final seria arrecadado em vaquinha entre as Seções Sindicais. Foi aberto o debate, foram apresentadas as divergências e convergências e a mesa colocou em votação: **proposta um** – A Direção Nacional mantém o acordo previamente aprovado, de arcar com um terço do custo total da viagem do coordenador – geral David Lobão, para participar do II Congresso Internacional dos Trabalhadores da Educação no Panamá. **Proposta dois** – a Direção Nacional reverá o acordo e ampliará a cobertura para 50% do custo total da viagem. Por oito votos a nove e cinco abstenções

6





foi aprovada a proposta dois. Superada a questão, Lobão passou à condução da Mesa e iniciou o ponto casa do Sinasefe e passou a palavra primeiramente a Odemir Vieira, Pasta de Aposentados e integrante da Comissão de acompanhamento da reforma. Odemir lembrou que todo(a)s tiveram acesso a sua avaliação acerca da solicitação da empresa Santoro Trizul, assim como o parecer da Assessoria Jurídica acerca do tema; porém, ele, Odemir é favorável a que se conceda o pedido da empresa, por razões já elencadas por ele na avaliação, pois será muito mais oneroso para a DN uma revisão nesse momento. Neste sentido, Odemir colocou que será melhor para a Direção Nacional conversar com a empresa, impor algumas condições e fazer novo aditivo, assim como o contato das empresas contratadas para fazer a marcenaria e esquadrias do imóvel. Diego Rodolfo complementou lembrando que a empresa vencedora apresentou o orçamento de seiscentos e trinta mil reais, redução considerável em relação às demais, inclusive no tempo de execução. Ocorreu que o projeto entregue continha inúmeros erros, além da descoberta posterior das péssimas condições do telhado, dentre outras coisas que deveriam estar previstas no projeto e não estavam, o que obrigou a DN a contratar aditivos para execução desses serviços, a parte. E que a empresa pede nesse momento, uma recomposição de valores para que seja possível a adequação do que o projeto necessita, aos valores efetivamente gastos pela empresa. Diego informou que a casa hoje está com 90% da reforma concluída, com 95% paga. Destacou ainda, que a empresa gastou muito mais do que recebeu, em função dos erros do projeto inicial, e hoje não tem como terminar a obra e que a Direção Nacional terá que tomar uma decisão política; ou aprova o aditivo e avalia como repassar os valores ou não aprova e a empresa não concluirá a obra, sendo necessário ir para a justiça. Ivo da Silva, complementou informando que o Sinasefe pagou oitocentos e cinquenta mil reais com a obra e mais alguns aditivos e nem esses aditivos a empresa cumpriu. A seguir, Elenira fez a leitura da conclusão do parecer da Assessoria Jurídica Nacional, que ao final diz que os motivos elencados pela construtora não correspondem à realidade e que deve cumprir a finalização da reforma, nos termos ajustados em contrato firmado do agosto de dois mil e vinte e dois e alerta que o seguro contratual está vencido desde o dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e dois, o que não mais oferece qualquer garantia para o Sinasefe Nacional. Após a leitura, David Lobão abriu as inscrições para o debate, que foi bastante participativo. Ao final foram feitos vários esclarecimentos por Odemir, Ivo e Diego Rodolfo. Superado o debate, a mesa apresentou o encaminhamento de suspensão da reunião e convocação de uma próxima online, de forma emergencial, para tratar da questão; não houve acordo e Manoel informou que diante das informações da Comissão, do Jurídico e o parecer da AJN entende ser possível que a votação fosse feita ainda na 9ª reunião. Assim sendo, a mesa colocou em votação: **proposta um** – Que a Direção Nacional vote e decida os rumos a serem tomados em relação à reforma da casa. **Proposta dois** – Suspensão da reunião e a decisão sobre a reforma da casa seja remetida a uma próxima reunião. Por dez votos a oito e quatro abstenções foi aprovada a proposta um. Diante do resultado, a mesa propôs duas defesas para cada posição e votação: **proposta um** – A Direção Nacional autoriza que seja feito o aditivo, conforme apontado pela construtora responsável pela obra, com algumas ressalvas contratuais apresentadas nas falas; **proposta dois** – A Direção Nacional não autoriza que seja feito o aditivo apresentado pela construtora e busque mecanismos para continuidade e finalização da obra. Por nove votos a cinco e seis abstenções, a Direção Nacional aprovou a proposta um. Em seguida, David Lobão agradeceu a participação de todas e todos e, nada mais havendo a tratar deu por encerrada a 9ª Reunião da Direção Nacional biênio 2022/2024. E eu, Rita Sidmar

7





**SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988

FILIADO À:



Alencar Gil, Secretária – Geral lavrei o presente Ata, que após lida e aprovada será assinada por demais membros desta Direção Nacional.



SCS, QD 2, BL C, ED SERRA DOURADA, SL 109/110 - CEP 70300-902 - BRASÍLIA - DF
FONE: (61) 2192-4050 - EMAIL: DN@SINASEFE.ORG.BR

WWW.SINASEFE.ORG.BR